



“PORQUE EU NASCI DENTRO DA HISTÓRIA E AGORA EU TENHO QUE CONTINUAR”: ETNOGRAFIA DE PROJETOS-DE-VIDA KANHGÁG (KAINGANG)

"BECAUSE I WAS BORN WITHIN HISTORY AND NOW I HAVE TO CONTINUE": ETHNOGRAPHY OF KANHGÁG (KAINGANG) LIFE-PROJECTS.

Resumo: Esse artigo analisa a trajetória de Kasú Kanheró, kofá da etnia Kanhgág. Os Kanhgág do Rio Grande do Sul estavam confinados às suas aldeias até a segunda metade do século XIX e impossibilitados de deixar suas comunidades. Em 1988 a constituição restituiu o direito de ir e vir, uma possibilidade de retorno aos projetos-de-vida Kanhgág. O trabalho é delineado pela etnografia, pela história oral na modalidade de trajetórias de vida e análise da indexação dos discursos captados e transcritos. Não obstante aos conflitos internos nas comunidades de origem, a migração dos Kanhgág das grandes áreas para os centros urbanos se deu através da possibilidade, com a constituição de 1988, de ocupação de novos espaços e de um retorno à transumância, aqui entendido como uma emergência que estava ausente.

Palavras-chave: Kaingang. Etnografia. História Indígena. Projeto de vida. Kanhgág.

Abstract: This paper analyzes the trajectory of Kasú Kanheró, a Kanhgág Kofá. The Kanhgág of Rio Grande do Sul were confined to their villages until the second half of the 19th century and unable to leave their communities. In 1988 the constitution restored the constitutional right to come and go, a possibility to return to the Kanhgág life-projects. The paper is outlined by ethnography, oral history in the modality of life trajectories and analysis of the indexation of the discourses captured and transcribed. Despite the internal conflicts in the communities of origin, the migration of the Kanhgág from large areas to urban centers took place through the possibility, with the constitution of 1988, of occupying new spaces and a return to transhumance, here understood as an emergency that was absent.

Keywords: Kaingang. Ethnography. Indigenous History. Life Project. Kanhgág

Gabriel Chaves Amorim
Mestre em Políticas
e Práticas Sociais pelo
Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais
(Unisinos)
gchavesamorim@gmail.com

<https://doi.org/10.4013/rlah.2021.1026.06>

INTRODUÇÃO

Porque eu nasci na história, nasci dentro da história e agora eu tenho que continuar. Esta é uma fala transcrita que faz parte de uma entrevista realizada em 2018 com o *kofá/velho*¹ João Carlos Kanhero, o Kasú, fazendo emergir histórias relativas ao seu projeto-de-vida, que está ligado aos movimentos de migração e vinda dos grupos da etnia *Kanhgág*² das grandes áreas, como *Nonoai*, para as áreas urbanas.

Os resultados foram obtidos através da análise de conteúdo do discurso ou dos significados. Procedimento que decompõe o discurso e o organiza de forma cronológica, uma vez que o informante não segue uma lógica diacrônica na narrativa, ia falando. Esse procedimento é entendido como o processo de conferir enredo, organizando as falas numa ordem cronológica em determinado contexto histórico. A análise privilegiou descrição da história do projeto-de-vida de Kasú, como entende (Amorim, 2020a). A história dos projetos-de-vida é a organização e sistematização das memórias de Kasú em relação à projeção de objetivos para intentar resolver um problema de vida, a partir de meios que possui e outros que busca, utilizando as referências de vida aprendidas com os *kujã*.

Os aportes metodológicos apresentados para definição de *trabalho etnográfico*, (Uriarte, 2012); (Cardoso de oliveira, 1998) e (Peirano, 1995; 2008) são referências no sentido etimológico de referencial, como algo que se leva junto, *referre*, neste caso, bases práticas e teóricas que o pesquisador leva consigo para o campo. Nessa “caixa de ferramentas” técnicas analíticas se encontra: i) A história oral em sua modalidade de trajetórias de vida (Goncalves, 2007); ii) Estudos de caso (Yin, 2001); iii) Análise da comunicação-da-vida³ (Volóchinov, 2017) iv) Sociologia das Ausências e Sociologia das

¹ A incorporação de noções, termos e categorias no idioma *Kanhgág* faz parte do processo etnográfico de relacionar a experiência de campo com o fazer historiográfico e etnográfico. Os termos incorporados foram coletados em campo e posteriormente anexados à indexação do discurso.

² O coletivo social *Kanhgág* está ligado ao tronco linguístico Macro-Jê, junto aos Laklanõ, formam os Jês Meridionais. Atualmente os *Kanhgág* ocupam terras nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, somando 45.620 indivíduos. Durante o período de ditadura militar vigorou o Estatuto do Índio, Lei 6.001/73, que considerou o índio e as comunidades sujeitas ao regime tutelar. Considerava como “nulo” qualquer ato praticado entre o índio e outro cidadão, também proibia a saída das aldeias demarcadas sem anuência da (FUNAI).

³ Serão empregados os recursos elaborados pelo balanço teórico da obra *Marxismo Filosofia e Linguagem*, há muito publicado e atribuído à Bakhtin (1929), porém, atualizado sob a autoria de Valentin Volóchinov (2017). O recurso teórico da comunicação-da-vida serve, aqui, para abordar de forma linguística e

Emergências (Santos, 2002) e v) Projetos-de-Vida e Emancipação (Amorim, 2020a; 2020b; 2020c). Neste sentido o trabalho historiográfico proposto pela história oral, com as trajetórias de vida, pode ser próximo ao trabalho etnográfico, bem como, seu resultado se inscreve junto à uma *nova* história indígena.

Roberto Cardoso de Oliveira, em “O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever” (1998), produz um itinerário útil para a formação do etnógrafo, antropólogo, historiador e do bom ouvinte. Na introdução do texto, expõe que o olhar, ouvir e escrever deve estar relacionado com a intenção de construção de uma teoria epistemológica. Nesse sentido o olhar e ouvir está relacionado a produção de dados, porquanto, o “[...] escrever exercitará da forma mais cabal, [...] à construção da teoria social” (Cardoso de oliveira, 1998, p.15). A interpretação propiciada pelo olhar e pelo ouvir passa a se relacionar no momento da escrita. Esse momento de escrita segundo (Cardoso de Oliveira, 1998, p.23) é influenciado pelo campo de pesquisa, mas também, por ambientes vivenciados pós experiência e incursão.

Neste caso, as entrevistas foram realizadas junto ao Kasú Kanheró por indicação de seus filhos que integram um programa de Educação Popular elaborado pelo Coletivo Indígena, Programa de Atendimento Sócio Educacional que faço parte. Portanto como pontua (Peirano, 1995; 2008) a etnografia é a incorporação epistemológica do vivido em campo nos processos de análise e escrita.

O periódico "O Porantim", jornal do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), verificado no período entre 1970-2000, serviu como apoio aos fatos trazidos pelo informante. A palavra Porantim no idioma Mawé significa remo, memória e porrete. A analogia que deu gênese ao nome do Jornal, remete à luta pela defesa dos direitos indígenas, o auxílio de entidades da sociedade civil e a preservação da cultura. Portanto em *arque* etimológico de Porantim pode ser definido como um instrumento de trabalho, guerra e lembrança. Por ser um jornal, pode ser encontrado em inúmeras hemerotecas que tiveram o cuidado de coletar e armazenar o grande volume de publicações que alcançam o tempo contemporâneo. A mídia continua em circulação, denunciando as violações de direitos contra os povos indígenas.

ideológica as entrevistas de Kasú, fundamenta a análise de conteúdo do discurso. A comunicação cotidiana vista na perspectiva história e antropológica contribui para construção de uma teoria histórica em consonância com os Kanhgág. Tal postura é perceptível na adoção dos termos *Kanhgág* durante a escrita.

Se o aldeamento não é uma tradição mas foi imposto pelo Estado como uma solução para colonização de terras, a situação mudou – ou deveria – com a nova Constituição⁴ (Brasil 1988), que passou a reconhecer os índios e sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Tais entendimentos abrem possibilidade para poderem sair de locais previamente demarcados pelo *fóg/não* indígena, sem ser categorizados como aculturados. Tal contexto jurídico é indispensável para se pensar na possibilidade real de surgimento de novas áreas *Kanhgág*, tendo em vista que até 1988 eram circunscritos a locais demarcados pelo Estado, tendo como pena a perda da identidade caso deixasse a área. Mesmo que os capítulos constitucionais específicos aos indígenas não versassem sobre a possibilidade de deixar às áreas oficialmente demarcadas como indígenas, a Constituição (1988) garante através do inciso XV do artigo 5º, a “livre a locomoção no território nacional em tempo de paz”. A possibilidade de circular livremente pelo território traz a possibilidade de novas rotas comerciais e políticas.

Os *Kanhgág* são identificados como herdeiros históricos da tradição arqueológica Taquara, como atestam os arqueólogos (Beber, 2005) e (Rogge, 2004). A principal herança, apontada nessa tradição arqueológica, é a territorialidade que imprime no projeto-de-vida *Kanhgág* uma transumância. Levando em consideração que antes da colonização a coletividade Taquara circulou por um amplo território, em padrões de reocupação, por rotas entre o litoral e o planalto com uma sociabilidade intercultural nativa arqueologicamente comprovada. As reservas que atualmente existem foram originalmente idealizadas e fundadas por ordens religiosas como os Jesuítas. Conforme verificado na Coleção de Leis do Império do Brasil de 31 de Dezembro de 1845 em seu primeiro volume que contém o regulamento acerca das missões de catequese, e civilização dos índios. (Brasil, 1845). O aldeamento de Nonoai, principal reserva *Kanhgág* no Estado do Rio Grande do Sul, é fundado em 1846.

Essa *continuidade* histórica repercute no projeto-de-vida de Kasú fazendo emergir meios-de-vida que estavam ausentes. Ausentes pela agressão dos movimentos de

⁴ Com isso, a situação fundiária deveria se desenvolver à favor dos indígenas, uma vez reconhecido o caráter cultural como decisivo neste processo. As populações, suas comunidades e organizações passam a ser partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo junto ao Ministério Público. Contudo, a noção de marco temporal privilegiou as demarcações realizadas até 1988, os órgãos públicos se detinham a atender os caciques dessas reservas. Os que não são atendidos buscam a migração como possibilidade de construir novas redes de poder, território e sociabilidade num novo lar.

colonização, como constata e pontua o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2012). A possibilidade de trânsito em um amplo território esteve ausente, legada ao passado pela modernidade que enxerga os projetos-de-vida transumantes dos *Kanhgág* como inadequada ao presente, não é coetânea com a Sociedade Nacional. Ao identificar o ir e vir como projeto-de-vida tradicional, o rompimento com o aldeamento e os processos de migração são entendidos como uma emergência:

Os pontos de partida são três. Em primeiro lugar, a compreensão do mundo excede em muito a compreensão ocidental do mundo. Em segundo lugar, a compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social tem muito que ver com concepções do tempo e da temporalidade. Em terceiro lugar, a característica mais fundamental da concepção ocidental de racionalidade é o facto de, por um lado, contrair o presente e, por outro, expandir o futuro (Santos, 2002, p.239).

Boaventura de Sousa Santos se insere como autor de estudos pós-coloniais, e sobre os temas dos movimentos sociais, globalização, democracia participativa, reforma do Estado e direitos humanos, temas esses caros à emancipação dos projetos-de-vida, face à problemática-de-vida. Os projetos-de-vida que a pesquisa se delimita à analisar estão relacionados com a emancipação econômica, cultural e social das comunidades *kanhgág*.

Os saberes transmitidos pelos *regre*/parentes são analisados como ausências (Santos, 2002), pois, são deslegitimados e desvalorizados pela modernidade, contudo, podem emergir para contribuir para melhoria do bem viver comunitário, formulação de políticas públicas e atendimento específico para juventude indígena. Contribuindo para a ecologia de saberes de que fala Boaventura Sousa Santos. Portanto, o registro dos conhecimentos de Kasú é também uma forma de preservar este conhecimento – que são referências-de-vida e de-comunidade – para que os *Kanhgág* possam ter o acesso garantido no futuro.

Na seção “Eu com meu pai e o finado tio” o trabalho realizado foi atestar que o discurso de Kasú é situado historicamente e pode ser contrastado com fontes sociais, como jornais, caso do cruzamento de dados com o jornal Porantim. Este jornal também foi utilizado, bem como outras fontes etnográficas (Ricardo, 1991), (Freitas, 2005) na seção “Um conflito meio brabo” para falar da retomada do território de Nonoai da posse de colonos posseiros. “Ninguém de índio” utiliza como auxílio as notas etnográficas de

Ana Elisa de Freitas (2005) que acompanhou a chegada dos grupos *Kanhgág* à Porto Alegre, conta a chega de Kasú à Porto Alegre e a articulação de novos meios-de-vida.

1 “EU, COM MEU PAI E O FINADO TIO”

João Carlos Kanheró, nascido em 06 de Dezembro de 1918, em Lomba do *Kanhgág*, filho de Livia e Jango Kanheró. Pai de Marta, Maria, Marici e Elias Kanheró com dona Lourdes Souza da Silva. Atualmente reside na Por Fi Ga, veio atrás dos filhos, hoje mora com Marta Kanheró.

Nas narrativas, Kasú localiza a sua comunidade de origem em Nonoai. A memória mais antiga que o informante articula é de quando aconteceu uma desapropriação, prisão e remoção dos indígenas, devido à criação da reserva florestal de Nonoai. A criação do parque provocou um movimento de resistência dos *Kanhgág* durante o período de subtração de terras. Outro fenômeno que afetou seriamente as áreas, que os *Kanhgág* habitam, foi a criação de cidades:

Na encosta no Rio da Várzea, aquele cafundó ali, aquela reserva, o matão do rio da várzea, num certo tempo mediram para ser reserva florestal e a polícia prenderam tudo a gente, tiraram os índios de lá. Eu, com meu pai e o finado tio Chico entramos lá, naquele tempo eu tinha quinze anos, enfrentei aquela guerra, entraram policial de cavalo, cachorro e não fizeram nada, no fim eles perderam para os índios. (KASÚ KANHERÓ, 2018)

Kasú se lembra de um momento quando estava com 15 anos, tal ano seria 1933. O Decreto estadual nº 5.368, de 1º de Julho de 1933 criou a prefeitura de Iraí⁵, fomentada pela exploração da área por companhias que pretendiam fundar cassinos, hotéis nas águas termais dos *Kanhgág*. A resistência à criação do município em terras indígenas em 1933 foi articulada pelo seu pai, Jango Kanheró e seu tio, Francisco Kanheró.

Na cultura *Kanhgág* é muito comum que os *kakrã*/tios façam papéis mais centrais na educação dos *kyrus*/rapazes e para Kasú uma das importantes referências que passaram por sua vida, foi o *kofá*/velho⁶ Francisco Kanheró, que residia na Terra Indígena *Péi-kâr*,

⁵ RIO GRANDE DO SUL, 1933

⁶ Senhor, *velhinho*, experiente, antigo.

espécie de pequena área dentro de Nonoai, território extremamente disputado com os *fóg/não* indígena.

O Tio Chico é Francisco Kanheró, nascido em 1884, foi e tem sido uma influência para Kasú. Retratado pelo jornal Porantim, em matéria publicada no editorial de Dezembro de 1983, como padrinho, nominador, profundo conhecedor dos "nomes do mato", líder político, espiritual e cultural, incansável defensor do território Kaingang. Reicon, ou Francisco Kanheró foi influência para as próximas gerações, que tinha nos *Kujã*, figura religiosa, mas, sobretudo, como *paim*/liderança política, pois articulava os conhecimentos culturais como um diferencial na justificação da luta pelos territórios. Francisco Kanheró tem seu nome relacionado a luta em defesa do território e da cultura indígena em Nonoai. Elaborar-se a ideia do "*tronco velho*", como dizem os *Kanhgág*, enraizado com profundidade suficiente para ser porta voz da cultura e angariar apoio para lutas junto a outros indígenas.

Com cem anos de luta, morre líder Kaingang.

Pai respeitado por toda comunidade, padrinho, nominador (era profundo conhecedor dos "nomes do mato"), líder político, espiritual e cultural, incansável defensor do território Kaingang em Nonoai, e especialmente da aldeia de Péi-kâr. Eis um breve perfil da vida de Francisco Kanheró por um período que supera a marca de 100 anos. Ele pertencia à metade social kame, e também era conhecido pelo "nome do mato" Reicon. Sua morte, em julho em principio, poderia sugerir uma repentina orfandade em Péi-kâr. A sua vida foi tão cheia de realizações, plena de ensinamentos e exemplos que marcaram muito a vida dos Kaingang de Nonoai e especialmente de Péi-kâr, que ha muito vêm retomando e colocando em prática seus ideais, principalmente quando são atingidos pela violência e por ameaças de perda de território. Kanheró se tornou uma personalidade quase legendária, pois, por mais de setenta anos, esteve ligado a luta em defesa do território e da cultura indígena em Nonoai. Um verdadeiro representante do "tronco velho" como dizem os Kaingang. Junto a outros indígenas, Kanheró empreendeu várias viagens a Porto Alegre, principalmente no final deste século, quando estavam a reivindicar a demarcação do que sobrou de terras após longo e violento processo de expropriação. Na segunda metade do século passado e no início deste, o território kaingang em Nonoai, no norte do Rio Grande do Sul, foi roubado e retalhado para formar fazendas criatórias de gado, na época, imensos latifúndios particulares. Depois de uma luta incisiva, os índios conseguem a demarcação de uma "reserva indígena", entre 1911/1912 Kanheró participou do processo de demarcação como um dos orientadores da localização das divisas. Mas, apesar desta vitória,

ele sempre recordava com tristeza dos tempos em que Nonoai era um território só, do rio Da Várzea ao rio Passo Fundo, e entre o rio Uruguai, ao norte e o lajeado Papudo ao sul. [...]Por uma questão tática, momentaneamente os Kaingang se deslocaram. Mas logo, e aos poucos, eles recomeçaram a retornar para a Péi-Kâr, principiante depois que se cansaram das promessas não cumpridas, feitas por funcionários do SPI, sobre construção de casas, atendimento médico, apoio para realização de roças etc. Reocuparam suas antigas moradas, locais onde viviam suas alegrias e tristezas, nas suas terras. Novas tentativas seriam feitas para tirar definitivamente os Kaingang daquela área, mas a cada investida os indígenas respondiam com determinação, negando-se a abandonar Péi-Kâr, de onde não saíram mais. Kanherô costumava dizer a seus agressores que ele e seu povo não sairiam da aldeia nem que para isto tivessem de tomar mortos. Francisco Kanheró teve atuação decisiva como líder e orientador dos Kanhgág de Péi-Kâr e Nonoai influenciando a luta por territórios, pois, junto dos seus elaborava estratégias para não se subordinar à tutela e aos deslocamentos forçados que eram realizados com os indígenas de Nonoai. “Por duas vezes (pelo que temos documentado), os Kaingang desta aldeia foram forçados a abandoná-la e a se dirigirem a outra parte da antiga reserva” (PORANTIM, Dezembro de 1984, p.12)

A infância e juventude de *Kasú Kanheró* foram, portanto, influenciadas pela presença marcante de líderes como Francisco *Kanheró* que reunia todas boas características de um grande pai, pã-i mág. Cacique é o pã-i mág. Pai do Povo. Pai da grande família. Responsável por explicitar, mediar e comunicar-se com o seu povo, deve saber animar o povo. Pã-i mág é o pai carismático da grande família que representa uma parcialidade Kanhgág.

Pesquisador: O Senhor deve ter conhecido muitos kujãs que os jovens nem sonham em conhecer né? **Kasú Kanheró:** O irmão do meu pai era Kujã antigo, o meu pai, Jango Kanheró era o mais novo da turma, eles são seis irmãos, mas hoje não existe mais nenhum deles né. Filho único aqui dentro do Rio Grande Do Sul, para falar a verdade meu amigo, só eu da família do Kanheró né. Estou muito bem nada não incomoda a gente né. (KASÚ KANHERÓ, 2018)

Antes da colonização não existia a posição de cacique dentro da organização *Kanhgág*, sendo o kujã⁷ o pã-i mág. A memória do tio de Kasú está presente em outros momentos da narrativa. O espírito de *Reikon*, o tio Francisco Kanheró, *fala* com Kasú através de

⁷ Kujã em Kanhgág é um/a cientista, juiz, sábio, conhecedor, médico, conselheiro.

suas referências. As memórias dos ensinamentos do tio são oportunidades de viver um projeto-de-vida, uma vida que não se separa da sua forma. Porque Kasú nasceu na história e assim sente que deve permanecer.

Figura 1 - Francisco Kanheró: “Com cem anos de luta, morre líder Kaingang”



Fonte: (PORANTIM, 1984, p.2)

Acompanhando a transcrição da matéria jornalística e o testemunho, vemos as lideranças indígenas da área de Nonoai falando sobre o falecimento de Reikon. O segundo a dar seu depoimento ao Porantim é Kasú, a grafia do seu nome foi escrita a partir da fonética, exemplifica a distância cultural entre o português e o Kanhgág. A letra (s) no *Kanhgág*, tem, exerce o som de (x).

Mas deixemos os próprios Kaingang falar sobre Kanheró suas ações e ideias:

“Aquele que é índio de força. Ele sabe o que tá fazendo. Tá guardando aquela terra que é nossa”. (Penry, atual cacique de Nonoai, 1982).

“Ele foi cacique, foi Kuiã e sabia curar o povo todo. Foi ele que me chamou para atuar como peim (aquele que prepara o corpo do morto)”; (Cachu, sobrinho de Kanheró, 1983).

“Desde o tempo antigo que o velho (tom carinhoso) luta por aquela aldeia, aquela terra. Muitas vezes tentaram correr ele de lá, mas ele tinha a força do mato” (Kandete, aldeia de Pinhalzinho. 1978)

“Esse aí (apontando para Kanheró) é um monumento pra nós. Ele que sempre ensinou que a terra a gente não abandona. E ofereceu até a vida se fosse preciso, porque ele pensava nas fãmia, nos neto (Kanriri, aldeia de Péi-Kâr, 1978)

“O velho Kanherô cansou de dizer pros guarda florestal pra gente do posto (P.I. Nonoai_ que pra tirá ele daqui, só depois de morto,

depois de passarem por cima do corpo dele” Kokai. Conselheiro de Péi-kâr.1982) (PORANTIM, 1984, p.2)

O Jornal Porantim é uma mídia ligada ao Conselho Indigenista Missionário o (CIMI), órgão da Igreja Católica no Brasil. O jornal cobria o conflito entre os colonos sem-terra e os *Kanhgág*. Chico, Reikon ou Francisco é representado na matéria jornalística como índio de força, do tronco velho, que sabe o que está fazendo, guardando as terras para futuras gerações. Foi cacique, foi *Kujã*, representado como aquele que sabia curar o povo contando com a força do mato. Francisco Kanheró seria, portanto, um desses indivíduos que em sua trajetória-de-vida viaja até Porto Alegre distintas vezes, “[...] principalmente no final deste século, quando estavam a reivindicar a demarcação do que sobrou de terras após longo e violento processo de expropriação” (PORANTIM, 1984, p.12). Nessas trajetórias por cobranças ao poder público, muitos *Kanhgág* conhecem e até se fixam na capital.

Kasú Kanheró: Os índio hoje tem posto de saúde, colégio, tem tudo agora lá, então se a gente não se alevantá e ir lá, tem que ir lá, só sentado ninguém recebe o que a gente quer. Então tem muita luta que eu trabalhei na minha vida, eu gosto de contar essa história. (KASÚ KANHERÓ, 2018)

Kasú acha necessário fazer emergir (Sousa Santos, 2002) as lutas das gerações anteriores se referindo às conquistas como resultados que se vive no presente, mas vem lutas de tempos passados. Reconhece que sem luta não há possibilidade de acessar melhorias, pois desde cedo assistiu seus parentes se mobilizarem contra os desmandos do Estado, por meio do Sistema de Proteção aos Índios (SPI 1910-1964). Na narrativa Kasú sente satisfação em contar suas histórias de conquista, a própria trajetória de luta é um patrimônio deixado de herança para as próximas gerações.

2 “UM CONFLITO MEIO BRABO”

O Conflito meio brabo foi a retomada de Nonoai feita pelos *Kanhgág*, situada historicamente em 1977. Kasú trabalhou junto aos posseiros, que eram invasores. Trabalhou até que fossem retirados todos os posseiros. As famílias de agricultores em

questão vinham sendo instaladas desde as épocas da empreitada imperial de colonização nacional, pelos tempos do SPI e na democracia.

Kasú Kanheró: Foi em 1977 parece, eu era fiscal dos índios *kanhgág*, trabalhando com os posseiros, trabalhei muito, depois saíram tudo né, deu um conflito meio brabo a gente vencemo né. (KASÚ KANHERÓ, 2018)

O conflito brabo fez com que os posseiros fossem retirados. Percebe-se que Kasú enxerga uma vitória dos *Kanhgág* na retirada dos posseiros, o pronome em quarta pessoa sinaliza que “a gente” ganhou. Contudo, o “eu”, que trabalhou com os posseiros ganhava com a presença dos colonos, garantindo seu sustento dessa forma. Aponta possibilidades de trabalho com a presença dos posseiros, coibindo ocupações do *fóg* e alugando terra.

A retomada de Nonoai, realizada em 1977, foi uma conquista realizada pelos *Kanhgág*, sobretudo na credibilidade exercida pelas lideranças sob o comando de Nelson Xangrê⁸, que entrou substituindo Alcindo do Nascimento. A eleição do Xangrê era para acabar com os arrendamentos e venda de madeira. “Antes do Xangrê era o Alcindo, daí coloquemos o Xangrê. Antes do Xangrê era o Alcindo do nascimento, era um tio do Zé Lopes”(Kasú Kanheró, 2018). Essa narrativa é importante para perceber o início do que vai ser a internalização do conflito desenvolvimentista, entre colonos, FUNAI e indígenas, que envolvia o aluguel de terras e venda de madeira.

XANGRÊ, AMEAÇADO DE MORTE: "O CERTO É TOMAR AS TERRAS DE LATIFUNDIÁRIOS" Ameaça por funcionários da Funai. Ameaçado por funcionários da Funai. Fala da necessidade do colono sem-terra se unir ao índio contra os latifundiários. Eleito cacique em 1977, com a missão de expulsar os seis mil colonos. **Porantim entrevista cacique Xangrê.** Perguntado sobre como teria sido a retomada de Nonoai, responde que "Os índios que achavam primeira preocupação eram os posseiros dentro da área estão contentes. De noite era um perigo, pois de vez em quando os posseiros batiam nos índios". Sobre o seu papel de liderança: "Eu não encaro com autoridade pois acho que a gente tem que defender os índios. Eles estão na

⁸ PORANTIM.1980 N°19 e 20. :9 Xangrê, ameaçado de morte: "O certo é tomar as terras de latifundiários" Matéria com Chamada, texto de três parágrafos e entrevista com Xangrê. Ameaça por funcionários da Funai. Ameaçado por funcionários da Funai. Fala da necessidade do colono sem-terra se unir ao índio contra os latifundiários. Eleito cacique em 1977, com a missão de expulsar os seis mil colonos.

minha espera de que eu possa resolver alguns problemas. Em 77 e 78 fui cacique, mas larguei por causa que eu tinha muito problema de pressão das pessoas que querem desmanchar a união dos índios. Sobre as ameaças? Foi por uns funcionários da FUNAI. É que eu não deixava a FUNAI torcer meu braço. (PORANTIM, 1980, p.9)

A retomada das terras ocupadas pelos posseiros é uma memória que se apresenta articulando os atores que historicamente tiveram seus nomes destacados como lideranças. Xangrê tem fama de bom líder *Kanhgág*, de pã-i, que exerceu o poder não violento.

Já em meados da década de oitenta, um dos vice caciques era o Darci Camilo, conhecido entre o *Kanhgág* como Darcizão, foi morto na saída de Nonoai. Pego numa falsa carona, foi assassinado em frente ao filho:

Nessa época o Zé Lopes era capitão e o Darcizão era vice. Fizeram uma espera na estrada, na saída de Nonoai né para a área, ele estava esperando um amigo dele e os inimigo dele chegaram, três homens, ele tava com o filho dele. _Venha cá Darci vou levar você la no Arthur. Ai ele convidou o piá, ele tava com a motosserra, entrou no carro e foi se embora, lá na entrada lá em cima, na estrada que vai pro DAER e outra que vai pro posto naquela encruzilhada pararam ali que ele saiu do carro, atirou na nuca dele, mataram ele, já estava preparado pra ele né (KASÚ KANHERÓ, 2018)

A riqueza de detalhes apresentados por Kasú pode ser contrastada com a matéria jornalística sobre o fato. Apesar de ser uma experiência de memória adquirida apresentação de tais detalhes, na narrativa indica proximidade com a questão das políticas internas e conflitos com a FUNAI e outros órgãos. O contexto histórico em que se dá a morte de Darci Camilo pode ser situado em meados da década de 1980, mais precisamente no dia 04 de março de 1986. O então vice cacique era favorável ao processo de demarcação e denunciava os cortes ilegais de madeira principalmente pela empresa da família Dall’Asta:

O Assassinato do vice-cacique Darci Camilo. Tendo recebido a notícia da vinda de uma equipe da FUNAI para demarcar Nonoai, o vice, Darci Camilo, convoca em novembro de 1988 várias reuniões das lideranças de Nonoai com objetivo de decidir como seria essa empreitada. A chegada da equipe de técnicos da FUNAI, comandada pelo topógrafo Adelino, foi acompanhada com euforia pela comunidade indígena. No dia 20 de dezembro de 1988, foi expulso pelos índios, que exigiram da Funai outro

topógrafo que concluisse o trabalho de demarcação. Caso contrário retomariam por conta própria das mãos do posseiro Dall’Asta. Ouviu-se, então, rumores nas cidades de Nonoai e Planalto que haveria mortes caso a ocupação ocorresse, havendo Dall’Asta contratado quatro jagunços para defender sua posse ilegal. A liderança de Nonoai, nesse ínterim, depõe Antônio T. Pereira e seu vice [Darci Camilo] à revelia da comunidade pela qual haviam sido eleitos, tentando reconduzir Adelino Lopes ao cacicado, que é ocupado de fato por seu irmão, o também ex-cacique José Lopes do Nascimento. (RICARDO, 1991, p. 561)

A atuação de Darci Camilo forçando a demarcação da área pode ter sido um dos provocadores para que encomendassem o seu assassinato, pois, “Darcizão liderava os trabalhos de redemarcação da AI, tendo arrancado um marco que excluía dos limites da área indígena a ocupação de Dall’Asta, oito dias antes do seu assassinato, agredindo fisicamente um madeireiro das terras de Dall’Asta” (Ricardo, 1991, p. 561).

Dall’Asta é o nome da empresa que explora a área de Nonoai, em matéria de recursos naturais e agronegócio, usou de meios oficiais e escusos para estabelecer o domínio sobre as áreas indígenas. Teria utilizado de intimidação para conduzir o agronegócio na região. Em Nonoai a gestão da área indígena é realizada utilizando métodos violentos como prisões, expulsões e exílio⁹.

A fama dos Kaingang de Nonoai logo chegou até a bacia do rio Iguaçu, no Estado do Paraná. O cacique da TI Mangueirinha, Ângelo Kretã, bacia do rio Iguaçu, inspirado nos feitos de Nonoai, planejou também uma mobilização para expulsar o grupo madeireiro Slaviero que se apropriara de 9 mil hectares de pinheirais da terra indígena. Kretã solicitou apoio às lideranças Kaingang da TI Nonoai – o que aprofundou as tensões internas em Nonoai. A memória Kaingang refere que a solicitação de Kretã foi o mote para que o então cacique José Lopes transferisse e expulsasse cerca de oitenta Kaingang para outras terras indígenas. Alcindo e Floriano Nascimento, **João Carlos Kasu Kanheró**, Zílio Jagtyg Salvador e Bento da Silva, entre

⁹ Kretã, cacique da Terra Indígena (T.I) Kanhgág de Mangueirinha, no Estado do Paraná, sabendo das lutas contra arrendamento e roubo de madeira em Nonoai, entra em contato com núcleos familiares que estão à frente do movimento, entre elas, a família de Kasú Kanheró. Nesse tempo o Grupo madeireiro Slaviero, se apossava de áreas indígenas de Mangueirinha para extração e comércio de madeira. Através de processo judicial, que se arrastou em duas instâncias de julgamento. Os Kanhgág retomam a área da Slaviero assim como fizeram em Nonoai. O pedido de ajuda articulado por Ângelo Kretã repercute negativamente dentro da área indígena de Nonoai e os envolvidos são punidos com expulsão. Nesta ocasião Alcindo Floriano Nascimento, João Carlos Kasú Kanheró, Zílio Jagtyg Salvador e Bento da Silva estão foram exilados de Nonoai.

outros, estavam entre os expulsos de Nonoai (FREITAS, 2005, p.237)

A possibilidade de voltar a circular, é uma potência da fraqueza. A fraqueza seria neste caso a condição de migrante, expulso da terra natal, não falante do português, sem vínculos com o novo local e sem atendimento dos órgãos oficiais do Estado. Os *Kanhgág* não eram sequer atendidos por órgãos indigenistas, que pediam o retorno dos grupos expulsos para as áreas de origem ou outras áreas demarcadas. Essas migrações não eram reconhecidas pela sociedade envolvente.

O ir-e-vir neste sentido é um projeto-de-vida, como entendido por (Amorim, 2020a; 2020b; 2020c) *Kanhgág*, que não separa a vida da forma e escapa à biopolítica (Foucault, 2008a). A ausência (Santos, 2002) do atendimento do poder público propiciou a elaboração de retomadas e ocupação de territórios nas áreas da zona metropolitana de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul e sede dos órgãos públicos e indigenistas.

3 “NINGUÉM DE ÍNDIO”

Após a expulsão da área natal, Kasú Kanheró esteve em outras comunidades *Kanhgág*, que observei nas datas e locais de nascimento de seus filhos. Permaneceu em diversas áreas resolveu se fixar em Porto Alegre, contudo, já conhecia a cidade e como tirar dela o seu sustento:

Pesquisador: No seu tempo como era?

Kasú Kanheró: Naquele tempo quando eu entrei na praça da alfandega, tem um triangulozinho ali, naquele tempo não tinha ninguém de índio, de *Kanhgág* né, agora o índio, foi indo. Um dia eu conversei com o fiscal, o prefeito, presidente do SMC, aí eles conversaram comigo né. Me levaram no escritório aí o prefeito já apoiou. Ali o prefeito disse: Olha o índio ele tá em cima do que é dele, o índio não está em cima do que é do outros, nós é que estamos em cima do que é deles, então não pode mexer as coisas que ele tá vendendo, mercadoria que ele tá vendendo, ninguém não pode mexer. Teve apoio do fiscal SMC e o prefeito

apoiou, governador também, e foi entrando meus índio¹⁰,
sobrinho. (KASÚ KANHERÓ, 2018)

A “Praça da Alfandega” fica no centro de Porto Alegre, é um local comumente utilizado pelos ambulantes para realizar as vendas. Kasú fala que foi pioneiro na venda de artesanato no centro de Porto Alegre. Vê como conquista o grande número de indígenas ocupando a mesma praça com venda de artesanato. Ao citar a sigla SMC na narrativa pode se referir a múltiplos contextos, o primeiro remete a Secretária de Cultura de Porto Alegre (SMC) de 1950, na época era uma subpasta da Secretaria Municipal de educação. Em 1970 torna-se “Divisão de Cultura”. Retorna a ser Secretaria da Cultura (SMC) em 1989.

Kasú Kanheró: Quem trabalhou comigo foi, deve conhecer o índio Marcolino Mineiro¹¹, outro era Aristides¹², agora eles morreram, são finados, trabalhou comigo. Só eu ainda tô pelejando, aqui junto desse povo, povo Kanhgág. Hoje o povo tem o meu sobrinho que é cacique, hoje ele também tá no lugar do pai da família pra cuidar as crianças, educação, colégio, posto de saúde, hoje nós aqui tá indo, devagarzinho tá indo. (KASÚ KANHERÓ, 2018)

Articula a ideia de que a ausência de conflitos é motivo para o índio ficar mais descansado, também, em comparação entre o modo de agricultura aplicado na época e o de hoje. A superação dos conflitos e evolução tecnológica trouxe autonomia pois “*tem trator que trabalha né*”, provavelmente se referindo ao modelo de agricultura com colheitadeiras e tratores de cooperativas. “Estar no lugar do pai” ser um *pã-i mág* é uma representação sobre a função de liderança e a postura de um bom líder. O cacique, como um pai, é responsável por fornecer a seus filhos, no caso a comunidade, educação, colégio e posto de saúde

As representações que faz sobre a exposição midiática, se apresentam como forma de divulgar a cultura, também, como forma de realização. Kasú é referência *Kanhgág*

¹⁰ A casa de João Padilha, reconhecida pelos Kaingang de Iraí, passou a ser referência para os índios que chegavam à cidade [Porto Alegre]. Além de Aristides da Silva, Padilha hospedava Augusto Ope da Silva e João Carlos Kasu Kanheró, este último de Rio da Várzea. (FREITAS, 2005, p.244)

¹¹ Atualizando conhecimentos aplicados nas antigas caçadas, os Kaingang João Carlos Kasu Kanheró e Marcolino Mineiro (já falecido) muitas vezes se utilizaram deste recurso. Kasu afirma sempre se banhar com ervas antes de vir ao centro ou ao Brique. (FREITAS, 2005, p.369)

¹² Aristides Kómág da Silva era um dos Kaingang de Iraí que permaneciam vários dias em Porto Alegre, para se manterem durante a viagem, e vendiam balaios. Comercializados nas ruas do centro da cidade, na rodoviária e no Mercado das Pulgas – atual Brique da Redenção. Maria, filha de Aristides, lembra que seu pai ficava muito tempo fora da aldeia – ela tinha cerca de nove anos à época (FREITAS, 2005, p.238)

para os *fóg* e influência cultural para os outros *Kanhgág* da zona metropolitana. As representações da relação xamânica de Kasú com seu Tio, por meio de conversas, orações e sonhos é, sobretudo, uma relação de emergências (Sousa Santos, 2002) das tradições repassadas desde o mais longínquo tronco de *kujã*. Quando morava em Porto Alegre Kasú atendia como *kujã*, aconselhando os *Kanhgág* e os *fóg/não* indígenas. Trabalhando com o espírito de Francisco Kanheró, os parentes passam a reconhecer em Kasú a mesma autoridade que os *kofá Kanhgág* tinham:

Kasú: Minha história foi muito grande, que aparecia no jornal né, então este homem lá de Iraí, Augusto da Silva, também já é finado, aí ele disse:

_Tio, tu tem que me ajudar, porque tu tem muita experiência boa, tu ganha de nós na experiência, no conversar, tu tem mais esclarecido de que nós, mais importante de que nós. Aí eu pensei e disse: Ué me deixa um tempo que vou te responder. Vou tirar consulta né. Aí, naquele tempo eu trabalhava com o espírito do panh, o tio *kujã*, ali um dia lá em Lomba do Pinheiro, eu fui fazer uma consulta, eu mesmo ao espírito do pai, o vovô irmão do meu pai e sabe que naquele momento, três dia falou comigo, o vovô, ele disse:

_ Tu tem muita experiência Kasú, hoje eu tô no lugar do teu pai, hoje tu está junto comigo (KASÚ KANHERÓ, 2018)

A frase “hoje eu tô no lugar do teu pai, hoje tu está junto comigo” se refere à orientação espiritual de Francisco Kanheró à Kasú, às referências que construíram a projeto-de-vida de Kasú. Em sua fala, Tio Chico explica que por trabalhar junto dos ensinamentos dele, torna-se referência e influência tanto nos *Kanhgág* quanto nos *fóg*. “Estar com ele” é estar nivelado em experiência, junto aos conhecimentos do *kofá/velho kujã*. Kasú se reconhece em Francisco Kanheró e historicamente Francisco tem seus ensinamentos vivos e preservados no sobrinho, que *logo*, repassaram para novas gerações¹³.

Kasú faz uso deste conhecimento também como arma na luta pelo território. O local onde Kasú está colhendo as ervas e remédios fica na Lomba do Pinheiro, local onde aconteceu uma outra retomada e oficialização de território indígena. Kasú utiliza os

¹³ A emergência da experiência (SANTOS 2002) sobre as coisas do mato, que o tio ensinou, na prática do dia a dia das trajetórias de Kasú, mesmo que seja difícil de “continuar dentro da cultura”, são formas de reproduzi-las no tempo presente. Kasú preserva conhecimentos como as receitas de “remédios da paz, para atrair a caça, mulheres e “compradores de balaio” foram localizados por Kasú Kanheró em parcelas de Mata Alta, classificadas como *nên fé mág*/matas boas, preservadas, conforme (FREITAS, 2005, p.293).

conhecimentos tradicionais para garantir a sobrevivência em diversos níveis. Os conhecimentos tradicionais consolidam as justificativas para o domínio das Terras Indígenas em processos judiciais e entraves políticos. Também são utilizados na vivência cotidiana em aplicações que tem diversos usos.

Quando foram decidir sobre qual local ocupar na cidade Porto Alegre, buscaram um terreno que tivesse condições de sediar as famílias *Kaingang*. A escolha foi feita tomando as falas de *Kasú* como conselho: “pode ser este, qualquer aqui nessa parte da mata, onde tem os remédios tradicionais que nossos antigos usam, manifestou *Kasú Kanheró*” (Freitas, 2005, p.295). Desse modo, a escolha do local de moradia sendo determinado pela existência de recursos naturais tradicionais. A forma do ambiente é, para *Kasú*, uma condição para reprodução da cultura *Kanhgág* e, sobretudo, da vida. De uma projeto-de-vida. O principal critério para escolha de uma área para morar é a presença do meio ambiente preservado em forma de matas boas.

Kasú Kanheró possui experiência sobre os conflitos, arte, música e medicina, contudo, nunca se oficializou um *kujã* nem participou de lideranças oficiais. Em seus depoimentos, *Kasú* reconhece seu tio Chico *Kanheró* como *kofá* de referência porquanto ele mesmo tem sido referência para os grupos familiares ao seu redor. Na primeira década do ano 2000 os familiares de *Kasú* chamaram atenção das autoridades para a necessidade de acesso às políticas públicas por meio de cadastramento social das famílias que viviam acampadas.

Antonio dos Santos, ex-cacique da Por Fi Ga, na primeira década de 2000 se junta ao grupo dos *Kanheró* na frente de pressão pela ocupação do Morro do Osso e de outras áreas da capital do Rio Grande do Sul. A união dessas famílias resultou numa coalisão política que uniu os *Kanhgág* presentes na zona metropolitana exercendo pressão no poder público. “Decididos a ocupar imediatamente o terreno, pressionavam a prefeitura a ultimar os procedimentos com a maior brevidade [...] apoiados pelas famílias vinculadas ao *kofá* João Carlos *Kasú Kanheró*, suas filhas e genros” (Freitas, 2005, p.301).

Através de sua exposição, contando histórias nos meios jornalísticos, entoando cânticos para serem gravados em mídias digitais, *Kasú* reproduziu a cultura de seu tio em inúmeros formatos e oportunidades, foi parceiro de pesquisadores em inúmeras palestras. Não obstante essa inserção no mundo Social do *fóg/não* indígena serviram para preparar o imaginário Portalegrense para a formação de uma área indígena, também fortalecendo o repertório cultural de sua comunidade. A conclusão de *Kasú* sobre seu maior

esclarecimento em relação aos outros é por ter afinidade com os conhecimentos passados pelo seu Tio, *kujã*. No diálogo à seguir, encontramos referências à ideia de emergência (Santos, 2002) no tempo presente dos ensinamentos, das palavras em *Kanhgág*, das histórias do tempos antigos. A narrativa “os índios viviam na história” remete a ideia de que a preservação dos costumes deve acontecer também no contexto de migração urbana contemporâneo:

[Voz do espírito]:_ Tu tem muita experiência Kasú, hoje eu tô no lugar do teu pai, hoje tu está junto comigo, parece que eu tô enxergando ele, eu não conto pra ninguém agora tô contando pra vocês. Ai eu disse assim:

Kasú Kanheró :_Será que é verdade? Eu chamava ele de pai véio, panh kofá, falei com ele na idioma. Como é que é que o senhor falou pra mim tio?

[Voz do espírito]:_Tu tem muita experiência, experiência muito grande tu tem, mas como tu, meu sobrinho legítimo, entende muitas coisas que eu te ensinei, as palavra, a história, porque os índio viviam na história, com o Kujã, caçando, pescando, melando e hoje não existe mais meu fio.

Kasú Kanheró: Respondi assim pra ele no sonho: _Mas pai Kofá, eu tenho que ensinar Kanhgág, porque eu nasci na história, nasci dentro da história e agora eu tenho que continuar, com a minha experiência tenho que falar pro povo, engrandecer dentro do Rio Grande do Sul o povo Kanhgág, é verdade (KASÚ KANHERÓ, 2018)

Mesmo ouvindo o espírito do seu tio avalizando sua trajetória de “engrandecedor” da cultura *Kanhgág* sente dúvidas e insegurança se está na projeto-de-vida. Os ensinamentos do tio Francisco Kanheró agem como referências nas estratégias elaboradas por Kasú para continuar sendo índio na capital. Os meios mudaram e já não há mais colmeias, rios limpos e caçadas. A transumância, o idioma, os remédios e a caça e coleta dos artesanatos são meio de continuar vivendo na história. Os ciúmes por parte de Augusto remete a superação das relações de favorecimento do parentesco Kanhgág através do compadrio cultural, do fortalecimento da luta indígena através das trocas entre atores sociais diversos. Demarcação de Iraí (1990-1995) foi possibilitada através da união entre várias comunidades e a superação das diferenças entre clãs.

Kasú Kanheró: Aí um dia eu disse pro Augusto, tem grande história que vai acontecer nas minhas mãos, você não precisa ter ciúmes de mim, ciúme da gente estraga a pessoa, vamos trabalhar unidos. Hoje Iraí está com área demarcada, ajudei a turma,

Guarita ajudou, Inhacorá ajudou, Cacique Doble ajudou e hoje eles tem um lugar pra eles, essa indiada, os *Kanhgág né* (KASÚ KANHERÓ, 2018)

Narra que as atuais comunidades são como caixinhas de fósforo, se referindo também as casas de madeira da comunidade. Sob a categoria áreas dominiais indígenas, a possibilidade de conquista de território é real. Surgem áreas ocupadas por indígenas em Porto Alegre.

Kasú Kanheró “Então depois daquilo veio essas caixinhas de fósforo [se referindo as casas de madeira da comunidade], isso aqui é caixinha de fósforo né, esse lugarzinho. Aumentou, hoje nós temos em Porto Alegre temos sete aldeias que tá em Porto Alegre”. *Kasú Kanheró*: Eu nunca fui autoridade, fui só conselheiro uma vez e capitão em Nonoai. Estou dizendo esta palavra por causa da pessoa que não tem colégio pra ele, tinha colégio, mas só que minha mãe não me deixou, só que ela queria que me ensinasse à custa de trabalho assim enxada, foice, lavrar a terra isso eu aprendi tudo. Ai depois que minha mãe faleceu, meu pai faleceu também eu fiquei assim e eu tava casado já, hoje tenho cinco filhos aqui, tão trabalhando, Hoje os dois trabalham como mestre de obra, está mandando na peonada no serviço da obra é isso que eu fico contente (KASÚ KANHERÓ, 2018)

Representa a ideia de nunca ter sido liderança “por causa” de não ter tido oportunidade de se “educar em colégio”. Segundo ele, teria se educado junto às atividades de agricultura. Até o falecimento de sua mãe se dedicou as atividades agrícolas, depois “ficou assim”. A representação de “ficar assim”, pode ser compreendida de diversas formas. Não foi mais o que era. Deixou a rotina? Deixou a terra natal? Kasú fica feliz por seus filhos estarem profissionalmente colocados como chefes, “superando” sua trajetória de dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a Trajetória de Kasú, conclui-se que participou de movimentos pioneiros como o conflito em 1933 com a criação do município de Irai, a criação do Parque Nonoai e a desapropriação do Rio da Várzea em 1940, representado por ele como uma "Resistência dos Kanheró no Rio da Várzea". A eleição de Nelson Xangrê e a expulsão dos posseiros de Nonoai em 1977 foram motivos de expulsão de várias famílias de Nonoai. As viagens de venda em Porto Alegre na Praça da Alfandega, foram decisivas

para a vinda de sua família para a zona metropolitana, posteriormente para outras comunidades.

Observou-se um pioneirismo na luta pela ocupação dos espaços urbanos, sejam eles territoriais, intelectuais, políticos ou culturais. As narrativas que articulam o favorecimento familiar e as amizades constroem a representação sobre a sua família bem posicionada dentro e fora da comunidade. Através das representações de Kasú sobre o cacique, pode-se reconstruir a percepção das responsabilidades do pã-í mág para comunidade, tendo em vista modelos como o do seu tio Francisco que era *Kujã*. A história de Kasú pode ser vista e lida em jornais, músicas, sites, blogs e outros tipos de mídia em que ele deixou seu rastro. Kasú é, portanto, um *Kofá* experiente que faz emergir nas novas gerações conhecimentos dos troncos velhos, que precisam continuar existindo e garantindo a emergência da cultura no presente.

Kasú chama atenção da necessidade do meio ambiente como possibilidade de reprodução do projeto-de-vida *Kanhgág*. A interação com o *fóg/não* indígena, deve ser vista como possibilidades de fortalecimento da cultura e superação do preconceito, pois, a cultura é uma arma política, como vimos nas representações de Kasú. Nesse sentido, sua trajetória também representa a sua influência na união de experiências, superando as divisões internas entre os *Kanhgág* causadas em grande parte pela interferência do *fóg* para fortalecimento das lutas por território, reconhecimento cultural e preservação. Conclui que, hoje estão alocados em "Caixinhas de Fósforo; Lugarzinhos" e que antes eram poucos lugares grandes e agora são muitos lugares pequenos. Percebe-se também em suas falas a ideia de ascendência à liderança hoje ser determinada pelo estudo formal, porquanto os *Kanhgág* valorizam muito mais a educação familiar para o sustento, como a venda do artesanato ou o trabalho no campo. Somado aos conflitos, a morte da mãe de Kasú é representada brevemente como um marco de transformação em sua vida, pois, até então ele acompanhava os passos dela, após tal fato, saiu das comunidades de origem para buscar novas possibilidades, hoje sente satisfação na realização profissional e pessoal dos filhos. Kasú é um homem de grande história.

A trajetória narrada por Kasú pode ser localizada no campo das ausências (Santos, 2002), tendo em vista o desperdício da experiência vivida pelas gerações de *kofá*, velhos *Kanhgág*, em relação às lutas. Aqui se pretendeu dar atenção à trajetória com a justificação de evidenciar a luta pelo projeto-de-vida transumante, migratória, que possibilitou a criação de novos territórios em Porto Alegre e região. Juntos, os territórios

formam uma grande rede de sociabilidades, religiosidades, atividades econômicas e políticas que potencializam os projetos-de-vida e de comunidade dos *Kanhgãg*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Gabriel. Chaves “[...] Ela tá falando, será que é verdade? Mas tá no jornal”:
Trajetórias e projetos-de-vida de Rosalina Aires de Paula e Alécio Gãrféj Oliveira sobre
a retomada de Ventarra (Erebango-RS) e formação da Por Fi Ga (São Leopoldo-RS) In:
SOUZA, José Edimar de *et al (orgs)*. *Anais [do] Encontro Estadual de História da
ANPUH-RS: História & resistências* – Porto Alegre, RS: ANPUH-RS, 2020.

AMORIM. Gabriel Chaves. O que as juventudes indígenas trazem consigo? Referências
que compõem os projetos-de-vida emancipadores. In: *Anais Eletrônicos do XIII
Encontro Estadual de História: História e mídias: narrativas em disputas*. ANPUH-PE,
2020c.

AMORIM. Gabriel Chaves. Projetos-de-vida para populações indígenas, quilombolas e
ribeirinhas: ausências em práticas pedagógicas para juventudes de contextos étnico-
raciais e de gêneros. In: QUEIRÓS, Augusto César *et al (orgs)* *Encontro Estadual de
História: Trabalho, Direitos Sociais e Democracia no Brasil e na Amazônia [Anais 2020
– Livro digital]* - 1. ed. - Manaus: ANPUH -AM; Universidade Federal do Amazonas,
2020a. P. 248-257

BEBER, Marcus Vinicius. “O Sistema de Assentamento dos Grupos Ceramistas do
Planalto Sul-brasileiro: O caso da Tradição Taquara/Itararé”. *Tese* (Doutorado História)
– Programa de Pós Graduação em História. UNISINOS, São Leopoldo, Rio Grande do
Sul, Brasil. 2005

BRASIL. “Contém o regulamento acerca das missões de catequese, e civilização dos
índios.” [*Coleção de Leis do Império do Brasil de 31/12/1845 - vol. 001*] (p. 81, col. 1).
1845

BRASIL. Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir,
escrever*. In: *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora
UNESP, 1998

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Tradução: Martin
Fontes 2008a

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Tradução: Martin
Fontes. 2008b

FREITAS. Ana Elisa de Castro Freitas. “Mrũr Jykre – a cultura do cipó:
territorialidades Kaingang na margem leste do Lago Guaíba”. *Tese* (Doutorado em

Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Rio Grande do Sul. Brasil. 2005.

GONCALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. *Revista katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 83-92, 2007

KASÚ KANHERÓ, João Carlos. Entrevista com Kasú. Comunidade Por Fi Ga. [30/11/2018]. Entrevistador: Gabriel Chaves Amorim, 2018

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pluralizando tradições etnográficas: Sobre um certo mal-estar em Antropologia. *Cadernos do LEME*, Campina Grande, vol. 1, nº 1, p. 2 – 27. jan./jun. 2009.

PEIRANO, Mariza Peirano. Etnografia ou teoria do vivido. *Revista eletrônica Ponto Urbe*. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP. V 2. 2008

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1995.

PORANTIM. *Ameaçado de morte: O certo é tomar as terras de latifundiários*. Nº23 página 9. 1980.

PORANTIM. *Com cem anos de luta morre líder Kanhgág*. Porantim, nº70, p.12. 1984

RICARDO. C. A. Ricardo. *Povos indígenas do Brasil: 1987 / 88 / 89 / 90*. São Paulo, CEDI, 1991

RIO GRANDE DO SUL. O Decreto estadual nº 5.368, de 1º de Julho de 1933. Crêa a Prefeitura de Iraí., 1933 Disponível em:
<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/DEC%2005.368.pdf> Acesso em novembro de 2021

ROGGE. Jairo Henrique. Fenômenos de fronteira: Um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul. *Tese (Doutorado História) – Programa de Pós Graduação em História*. UNISINOS, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil. 2004

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro 2002: 237-280

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Revista Ponto Urbe* [Online], 11 | 2012

VOLÓCHINOV, Valentin (Círculo de Bakhtin). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017, 373p.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos* / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi -2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.

“Porque eu nasci dentro da história e agora eu tenho que continuar”:
etnografia de projetos-de-vida kanhgãg
Gabriel Chaves Amorim

V. 10, n. 26
Ago./Dez. de 2021
p. 95 a 116
ISSN 2238-0620

Recebido em: 30/11/2020
Aprovado em: 09/02/2021